

Moro onde não mora ninguém: Praça Raposo Tavares, s/n., Maringá, PR, BR

[Aurélia Hübner Peixoto Bozzi](#)*

*O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo
falante e concentrá-la num ato lingüístico (BOURDIEU, 1977).*

*O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas
de dominação, mas aquilo por que se luta, o poder do qual nos queremos
apoderar (FOUCAULT, 1996).*

*Mas então qual é o motivo da cidade? Qual é a linha que separa a parte
de dentro da de fora? O estampido das rodas do uivo dos lobos?
(CALVINO, 1991)*

Resumo

O artigo a seguir tem por objetivo apresentar os resultados da análise discursiva de vários enunciados emitidos a respeito dos desabrigados, chamados também *moradores de rua*, *peças em situação de rua* em busca de uma compreensão sobre a *imagem* que se faz dessas pessoas em uma localidade. Procuramos ouvir os desabrigados em Maringá, além dos auto-intitulados 'cidadãos maringaenses', e acompanhar as referências feitas ao tema no principal jornal da cidade, o Diário do Norte do Paraná. O trabalho de observação, leitura, entrevistas foi feito ao longo do ano de 2003, principalmente na Praça Raposo Tavares, em frente à 'rodoviária velha' no centro da cidade de Maringá.

Palavras-chave: discurso-maringá-desabrigados

Abstract

Our article will present the results of the discursive analysis of several statements emitted regarding homeless, calls also street residents, people in street situation, in search of an understanding on the image that is done of those people in a specific place. We tried to hear homeless in Maringá, besides solemnity-entitled them 'citizens maringaenses', and to accompany the references done to the theme in the main newspaper of the city, O Diário do Norte do Paraná. The observation work, reading, interviews were made along the year of 2003, mainly in the Praça Raposo Tavares, in front of the 'old bus station' downtown of Maringá.

Words-key: speech-maringá-homeless

* Doutoranda em Letras da Universidade Estadual de Londrina

Em oposição à intolerância — uma manifestação nefasta, mas humana — não nos parece bastar o simples repúdio, e, diante de uma manifestação de intolerância, a análise e a compreensão dos matizes que colorem esta figura sinistra da cultura pode ser útil à revisão de comportamentos e aprimoramento do nosso convívio em comunidade. Esse estudo é o primeiro escrito sobre uma análise mais ampla em andamento a respeito da intolerância ao estranho, ao pobre, ao ‘de fora’ na cidade de Maringá, situada no norte do estado brasileiro do Paraná. O que cria as condições dessa análise é, sobretudo, um olhar interdisciplinar sobre as questões que se apresentam nos enunciados em estudo. A antropologia caminhou lado a lado com a análise do discurso, e se aproximaram, como se verá, nas linhas que seguem. Assim, a apresentação dos contextos em que se inserem as asserções analisadas, e que descreveremos muitas vezes a seguir, pareceu-nos tão importante quanto a apresentação das partes mais representativas dos enunciados, usadas a título de exemplos. Todos os destaques em negrito são excertos de entrevistas que fizemos durante o ano de 2003, e representam uma amostra da série discursiva com que nos envolvemos durante a pesquisa, impossível de ser apresentada em toda a sua extensão nos limites desse trabalho.

A primeira questão que nos colocamos ao escrever: qual seria a melhor maneira de uma pesquisadora designar o grupo de pessoas a respeito do qual circulam os enunciados referidos. Ele costuma ser chamado pelos comerciantes e profissionais que entrevistamos de ‘moradores de rua’; e ‘pessoas em situação de rua’ pelos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, para fins das suas políticas de ação social. Insatisfeitos com essa nomenclatura, procuramos discuti-la, inicialmente.

Uma das situações que nos leva a essa dificuldade inicial é que para muitos dos “moradores de rua” entrevistados a sua ‘casa’ de fato existia. No entanto, os limites entre a sua casa e a rua parecem invisíveis para a maior parte dos transeuntes urbanos, não o sendo para os seus ‘moradores’. Em outras palavras, há muitos casos de ‘moradores de rua’ que nos apresentaram as suas ‘casas-na-rua’, lares incrustados no espaço que o Estado atribui primeiramente ao público.

Estas *casas* são constantemente removidas pela polícia, segundo depoimentos dos desabrigados, e voltam a ser criadas nas calçadas, praças, parques, — ambientes que passamos a ver como híbridos, e não simplesmente públicos, pelo uso familiar e pessoal que deles é (re)feito no cotidiano.

Os ‘moradores de rua’, portanto, não estão de nenhuma forma em oposição a ‘moradores de casas’ (ou apartamentos, enfim), se levarmos em conta os conceitos de casa e rua como “esferas de ações sociais, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados”, como pensou Roberto DaMatta (1997) no seu ensaio “A casa e a rua”, influente para nós. A ‘casa’ como espaço de intimidade e privacidade que se elabora pela linguagem, que se constrói simbolicamente com os outros no ‘dia-a-dia’, está estranhamente presente na vida de grande parte dos desabrigados com os quais tivemos contato.

Eles, ainda que despossuídos das condições materiais para erguer os seus ‘lares materiais’, estão em constante ‘construção’ dessa necessária ‘casa’, ainda que precária, que vem ocupar o lugar simbólico que apenas uma construção materialmente melhor erguida poderia de fato satisfazer. Convites como: **vamos lá em casa?**, **chega aqui em casa**, **pode entrar**, **vamos entrando** nos foram postos durante as entrevistas diante do que antes víamos apenas como recantos da praça cobertos de papelão. Em razão das remoções a que aludimos, se esvaece na rua uma das características típicas da ‘casa’, a sua noção de permanência, de ‘porto’, de ‘ponto fixo’ para o qual se pode voltar ao fim de uma jornada. O ‘morador de rua’ é um morador de ‘casas precárias e itinerantes’, desmanchadas inclusive pelas mãos de vândalos, além de destruídas pelos braços policiais do estado.

A casa do ‘morador de rua’, pensada principalmente como espaço simbólico, existe, mas ela é feita de material tão frágil, em condições institucionais tão ameaçadoras que, talvez, chamá-los ‘moradores de rua’ seja uma forma dos ‘abrigados’, os que usufruem a proteção de uma casa ‘permanente’, e que são a maioria da população das cidades, encobrirem uma situação alarmante, deprimente, desumana de uma minoria que se prefere ‘esquecer’: há muitas pessoas ‘na rua’, desabrigadas e muitas vezes famintas.

Há mesmo, como é evidente para o observador atento, um paradoxo na expressão ‘morador de rua’, posto que, o que é morador deve ter uma morada, e a morada (a casa, o lar) por sua vez, está em oposição à rua. O esforço lingüístico do desabrigado em ‘pensar’ a sua casa contraria uma afirmação comumente ouvida entre os assistentes sociais que ouvimos. Um desses dissenhos: **‘a maioria não gosta de casa, gosta mesmo de ficar na rua’**, questão sobre a qual retornaremos em breve. Na rua, o desabrigado procura mostrar-nos a sua ‘casa’, que acusa o seu desejo de ‘morar’: sendo a tal ‘casa’ aquele espaço simbólico materialmente limitado por um cobertor, um sofá velho, caixas de papelão, etc.

Chamaremos então aqui os comumente designados ‘moradores de rua’ de desabrigados porque nos parece mais preciso e adequado. Fizemos até então essa ressalva para que não se pense que tratamos dos desabrigados pelas catástrofes climáticas, uma vez que o termo é mais freqüentemente aplicado a esses contextos. Falamos dos desabrigados pela catástrofe econômica e social, ou seja, daqueles que, por conseqüência da maneira como socialmente dividimos nossos recursos materiais para a vida ou a sobrevivência, foram postos ‘no fim da fila’, ou fora dela.

Pensamos ser útil expor algumas das maneiras como a linguagem se põe a serviço da construção simbólica dos espaços obviamente desprivilegiados que os desabrigados ocupam no campo social. Sobre tanto, sobre a importância deste instrumento, a linguagem e o poder simbólico que ela implica, na interpretação e na ‘formação do mundo’, disse-nos Bourdieu:

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças a um efeito específico de mobilização (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Nas entrevistas com os comerciantes e profissionais que costumam circular pela praça, constatamos uma asserção corrente, que acima também atribuímos aos assistentes sociais. Para eles: **“a maioria das pessoas está aí [na praça] porque quer. É uma opção de vida”**. A expressão **‘opção de vida’** é muito recorrente para se explicar aquela situação, e a lemos, inclusive, em matérias jornalísticas sobre o assunto. Ouvimos dos desabrigados muitas ‘histórias de vida’ que não confirmam essa posição. Uso como exemplo, por ter sido comum, a declaração de Ulisses (nome fictício), que nos serve tanto para entender como para refutar as opiniões correntes de que **‘as pessoas estão na rua porque querem’**.

Ulisses, homem com cerca de 45 anos de idade, disse-nos, na primeira entrevista: **“Estou aqui porque eu quero. Eu tenho estudo, viu!”**. Mas, ao contrário do que essa frase poderia indicar em um primeiro instante, corroborando as opiniões antes apresentadas, ouvi-lo outros dias colocou a enunciação em suspeita. Ulisses contou-nos, no primeiro dia, que tinha família, que era de Minas, que tinha um filho, que tinha sido casado, que tinha estudo. Semanas depois, Ulisses contou-nos como a sua convivência familiar havia se deteriorado, tornado um caos, trágico e, para ele, emocionalmente insuportável, e contou-nos como havia sido o último dia na sua cidade. Depois do desfecho da sua história familiar, ele recebeu o pagamento de um serviço feito, e pegou um ônibus para uma cidade desconhecida. Ulisses disse-nos: **“eu só queria ir para bem longe dali, arrumar um emprego, recomeçar a vida”**. Segundo ele, pior do que estar ali, na Praça, era estar em casa com a sua esposa, ou com os seus pais, na

roça, tamanha a dor que sentira em decorrência na relação com eles. Vimos no seu relato, como em muitos outros, que a confiança na ‘cidade nova’ para ‘mudar de vida’ e ‘anular um passado’ emocionalmente desgastante é uma recorrência significativa.

Isso é incompreensível para muitos ‘cidadãos’ estabelecidos, que jamais supõem que algum convívio familiar seja uma opção pior que o desabrigo. Invariavelmente, nos casos que conhecemos, uma série de problemas graves com os quais, antes, se dividia o teto é o estopim que ‘detona’ a primeira viagem. Esses problemas podem ser, e são, tão dolorosos para os narradores que, segundo muitos deles nos contam, a rua se torna uma opção melhor do que a vida ao lado da família. A rua não é para muitos o pior que lhes aconteceu, e, no entanto, é terrível para todos.

A falta de opção melhor leva à rua. Todos que entrevistamos manifestaram desejo de ter ‘a sua’ própria casa, o que era para eles economicamente impossível. A relação deles com os albergues é um caso a parte, que merece a atenção de outro artigo. Concluímos que não é por opção, mas por falta dela, que as pessoas acabam desabrigadas.

Falemos ao menos de um segundo caso. Um casal, José e Maria (nomes fictícios) que conhecemos, ela grávida de seis meses, ele, coletor de reciclados, vinham buscando aquela ‘mudança de vida’ de que falamos depois que a mulher, de 18 anos, fora expulsa de casa, numa cidade pequena próxima a Maringá. A família a **‘colocou para fora de casa’** em razão da sua gravidez. Ele estava desempregado. Então resolveram **‘tentar a vida aqui em Maringá’**, e quando os vi, há três meses que, segundo eles não **‘venciam na cidade’**, ou seja, não conseguiam trabalho remunerado. Eles moravam na praça, e ele afirmara que já fora, quando entrevistamos, espancado pela polícia. Os ferimentos das suas costas, segundo nos disse, foram causados por um policial que o arrastara pela praça, pelos cabelos, aos gritos de: **‘chô, chô, vê se some daqui, viu?!, some daqui. Isso aqui não é lugar pra vocês não, viu!’**...

Como as pessoas não encontram trabalho, uma vez que não há vagas para todos, e o desemprego é uma realidade mesmo para os ‘bem relacionados e estabelecidos’, muitas acabam, como José, catando papel, lata, vidro etc. para vender e sobreviver. Mal remunerados, muitos se revezam no uso dos ‘carrinhos’ que estamos todos habituados a ver diariamente, e catam recicláveis para venda. Encontram também comida nos lixos que reviram, e têm predileção pelos lixos das pizzarias, por causa de um tratamento ‘especial’ dos garçons locais, como muitos nos contaram.

Os que estão em situação mais difícil dentro de um grupo são os que ficam com os carrinhos à noite, e dormem (mal) de dia, muitas vezes sendo chamados de vagabundos e sob os olhares reprovadores dos passantes, que deles costumam reclamar veementemente. O trabalho é árduo e insalubre. Uma expressão fartamente usada aponta a ‘desumanização’ desse trabalho. Assinalando a semelhança entre o modo de puxarem o carrinho e dos animais de tração puxarem as carroças, alguns comerciantes entrevistados se referiram àquelas pessoas como **‘os burros sem rabo’**.

Sabemos como os nomes que outros nos atribuem revelam as imagens que eles têm de nós, e mobilizam as imagens que fazemos sobre nós mesmos. A escolha do nome sob o qual ver um outro, ou um grupo, não está isenta das idéias que temos sobre ele e que queremos que ele tenha sobre si mesmo. A expressão acima, como outras que destacaremos, merece, como dissemos no início desse texto, além de repúdio, análise. Ela brutaliza nossa relação com outros que dividem a comunidade conosco. Deve, além de não ser dita, quando ouvida, denunciada pela agressão verbal que comporta.

Outros nomes são merecedores de revisão. Deixando de chamar os desabrigados de ‘moradores de rua’ acreditamos que se abandona uma expressão que dá um ar indesejavelmente estável a essa situação política, e chamá-los de desabrigados instaura a mais apropriada impressão de emergência social por que passam muitas pessoas.

Ainda sobre a maneira como designamos os que não vivem sob a proteção de um teto, vemos em Maringá, Paraná, que os jornais locais, sobretudo “O Diário”, os chamam assim: **mendigos, menores, vagabundos, andarilhos, desocupados**. Veja-se abaixo um exemplo:

Vereadores do PT falam em Alca e a administração petista em derrubar a TCCC. E os problemas da saúde, da segurança que piora (sic) a cada dia, do excesso de *mendigos*, menores e *vagabundos* pelas ruas? (O Diário, 27/08/2002, p.4, destaque nosso).

São evidentes os indícios de um sentimento de repulsa aos desabrigados, sobretudo os oriundos de outras cidades. Dentre as mais relevantes impressões comuns dessas entrevistas está uma das questões que pensamos ser central na formação do discurso maringaense: a dissociação que fazem entre os ‘de fora’ e os ‘de dentro’, da cidade, que em muito se aparenta com a dissociação entre os ‘antigos’ e os ‘novos’ no local, de que fala Norbert Elias sobre ‘Winston Parva’ (2000). Várias vezes ouvimos profissionais liberais e comerciantes dizerem que os desabrigados eram ‘**de outras cidades**’, que ‘**não são daqui**’ e que ‘**logo irão sumir**’. Isso ganha um relevo curioso se confrontado com o *slogan* da entidade beneficente surgida pela iniciativa de uma associação comercial local (SER- Sociedade Eticamente Responsável), lançada em 2004 no auditório do Shopping Aspen. O *slogan* é ‘Feliz por SER daqui’...

Na ocasião do lançamento dessa entidade beneficente, ouvimos a palavra ‘cidadão’ aplicada pelos palestrantes como termo a designar especialmente e apenas os ‘da cidade de Maringá’, assim como ouvimos as promessas de auxílio social aos ‘daqui’. A expressão ‘cidadão maringaense’ foi usada, desde que começamos a contar, 18 vezes, contra 6 simples ‘cidadãos’. Não é novidade que a palavra cidadão tem comportado usos muito estranhos entre si, à revelia da noção universalizante que muitos gostariam de ler nela.

Uma publicidade institucional, de cuja empresa não vemos necessidade de falar, veiculada no sistema aberto de televisão brasileira durante o ano de 2003, conta-nos como podem se limitar os léxicos *cidadão* e *ser humano*. Descreveremos a propaganda para buscá-la na memória dos leitores.

O vídeo apresenta-nos um desabrigado deitado no centro de uma movimentada praça de um grande centro urbano, vestido com roupas maltrapilhas, enquanto passam por ele muitas pessoas com pressa e “bem vestidas”. O texto, lido em *off* sobre a imagem, é o seguinte: **‘Poderia ser seu pai. Poderia ser seu irmão. Poderia ser seu amigo. Poderia ser você.’** Ao fim desta mensagem *ameaçadora* um dos passantes pára e desce a mão em direção ao homem deitado, oferecendo-lhe apoio para “levantar-se”. Segue a isso outra parte do texto, também em *off*: **‘Todo ser humano pode se transformar em cidadão. Todo cidadão pode se transformar em ser humano.’**

A idéia de transformação implica necessariamente em mudança do que ‘se é’ para outra coisa que ‘não se é ainda’, enfim, só podemos nos transformar naquilo que não somos. Segundo a mensagem nos habilita interpretar, o ‘ser humano’, deitado na praça, maltrapilho, não é cidadão, mas pode ‘vir a ser’ (dependendo, para isso, de algumas ‘mudanças’, previstas em qualquer transformação).

É estranho que ele não seja tomado como um cidadão sequer pelo enunciado que pensa apregoar a sua inclusão. Mas como isso se dá? O primeiro uso de *ser humano* é substantivo. Designa o que o homem deitado no meio da praça é, e não uma qualidade dele. O segundo uso, quando *ser humano* está em relação ao cidadão, é adjetivo: o cidadão poderá ser

‘humano’, no sentido em que isso se identifica com caridoso, solidário, ‘humano’, ou seja, trata-se de um uso diverso, adjetivo.

Muito significativamente, em nenhum dos textos jornalísticos que encontramos a respeito dos desabrigados, em nenhuma ocasião os vemos caracterizados, chamados, nomeados como cidadãos, mas muitas vezes vemos jornalistas ‘lembrarem’ que os ‘moradores de rua’ são ‘seres humanos’ (e, se há a necessidade da lembrança, deve haver em alguma parte o esquecimento). Veja-se este exemplo, abaixo:

São mais de 180 vidas e histórias que todos os dias passam pelos portões do albergue. São doentes, miseráveis, desempregados, viajantes, idosos, moradores de rua, enfim, seres humanos (O Diário, 03/12/2003, p. 4).

A partir da leitura dos textos de divulgação publicitária da cidade, disponibilizados pelo acervo do Projeto Memória e do Patrimônio Histórico de Maringá, pode-se investigar a *vontade de verdade* que se construiu nesse local nas últimas décadas, vontade de que não exista em Maringá a miséria que assola o país em que ela se insere, e que “apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional [da Companhia de Terras Melhoramentos e depois das Prefeituras] tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e um poder de coerção” (FOUCAULT, 1996, p. 19).

Todos os três grandes sistemas de exclusão que, segundo Foucault, atingem o discurso (a palavra proibida, a acusação de insanidade e a vontade de verdade) estão a serviço “empresarial” e “municipal” para exclusão do desabrigado, sem ‘voz’, inúmeras vezes acusados de loucos¹ e, por fim; negados, numa expressão que sem dúvida reuniu em nós o estranhamento necessário para iniciarmos nossas observações. Trata-se da extremamente comum expressão: “**não existe morador de rua em Maringá**”, ouvida nos mais diversos ambientes, dita tanto pelos comerciantes como por acadêmicos, alunos e professores, e que ouvimos, inclusive, de um bancário, diante de um visível grupo ‘morador’ da Raposo Tavares.

Segundo Nelson Campos, estudioso das questões locais, num momento em que outros centros urbanos estão vivenciando uma “euforia ideológica centrada na idéia de progresso” (anos 60), Maringá experimenta o que foi chamado de “o medo da invasão”. As imagens paradisíacas proliferadas anos antes pela campanha da Companhia de Terras para ‘vender’ a cidade persistiam em produzir efeitos² para além dos esperados pelos que ‘chegaram primeiro’, continuando a atrair pessoas de todos os lugares depois que elas não eram mais desejadas pelos moradores “antigos”. Campos trata assim do momento em que o ‘sonho maringaense’ se vê ameaçado:

Na elaboração desse imaginário social, alguns representantes da imprensa passaram a veicular artigos e matérias de primeira página onde se dizia que “a bela e pujante cidade do norte paranaense” estava sendo “invadida” por figuras incomuns, que não estavam prescritas a habitarem os espaços ainda indefinidos [...]. a *imprensa, desde então*, se fez porta-voz dos ideais higienizadores que passaram a compor politicamente o cotidiano da cidade no período (CAMPOS, 1975, p. 319, destaque nosso).

Para corroborar a afirmação do pesquisador, e mostrar como o medo da invasão não foi superado, e persiste, selecionamos um trecho recente do jornal “O Diário”, de Maringá, onde se pode observar o mesmo tipo de alinhamento discursivo denunciado acima. Vejamos:

¹ Mais sobre isso leia-se no trecho intitulado **Olha o louco aí, gente**, do artigo “Moralizando o Pobre...”, de Campos, referido em nossa bibliografia.

² A população cresceu na seguinte proporção: 1950: 35.588; 1960: 104.131; 1970: 121.374; 1980: 168.239; 1991: 240.292; 2000: 288.653 (2003: 304.000). Fonte: IBGE, dados dos censos demográficos dos respectivos anos citados.

FAVELA. Maringá está ganhando a sua primeira favela. Fica perto do Mosteiro do monsenhor Schneider. BARRACOS. Alguns barracos se instalaram no local. Famílias estão morando ali. SABE. O prefeito João Ivo Caleffi já sabe disso e prometeu tomar providências. PERIGO. Não pode deixar a primeira favela se instalar, pois isso incentivará outras e **nossa cidade vai pras cucuias** (LIMA, Edson. Dia-a-dia. O Diário do norte do Paraná. 21 set. 2003. p. 4 – destaque nosso).

Sabemos como, no passado, foram ‘resolvidos’ em Maringá os ‘problemas’ das favelas, ao menos de duas. Resolveu-se com o despejo e a remoção das habitações, meramente, ou melhor, a expulsão. É essa a ‘solução’ a que o colunista acima alude. Assumir que o desejo coletivo de uma cidade ‘limpa’ de desabrigados e favelados está inscrito nos enunciados que vimos, na utilização dos recursos discursivos disponibilizados pela língua, não nos parece exagero. Ao lermos jornais, documentos oficiais e textos publicitários nos arquivos históricos municipais podemos verificar claramente a presença de um “discurso inaugural e de instauração de projeto da cidade de Maringá”, e observar como se desenvolveu, a partir dele, na esteira das suas promessas incríveis de prosperidade, o desejo da eliminação do *desabrigado*, do pobre, do desempregado. Ocorre um fenômeno social e lingüístico digno de estudo, quando diferentes pessoas em diferentes situações afirmam que ‘não existe’ o que está diante dos olhos de todos. O que essa negação encobre e, ainda, a que consequências pode nos levar, são questões que devemos nos fazer.

Ainda de acordo com Campos “os artigos de jornais evidenciam de maneira exemplar o caráter excludente e normatizador assumido pelas elites locais” (p. 330). O artigo desse autor, referido na nossa bibliografia, é de enorme utilidade para a pesquisa sobre o tema. No entanto, precisamos observar que chamar de *desajustes comportamentais* aquilo que se oponha à valorização do trabalhador (p.331), como o fez o sociólogo, é, decerto, *valorar negativamente* os desabrigados, concordando com a ideologia que antes se critica.

A força dos discursos coercivos oficiais e populares nos arrastam, e se fazem perceber, muitas vezes, nos discursos acadêmicos que se pretendem, antes, inclusores e críticos. É preciso cuidado extremo ao pisar o terreno escorregadio do discurso, e todos estamos sujeitos às quedas... Não se trata de um “desajuste comportamental” o que cria os despossuídos e a situação em torno deles. Além disso, é uma expectativa absurda, que a própria lógica do capital cumpre por frustrar, a de que todas as pessoas se ‘encaixem’ no ‘mundo do trabalho’, mundo que, por sua vez, não disponibiliza lugar para todos, ao mesmo tempo em que cria as condições de desvalorização humana dos que ‘ficam de fora’. Parece que isso é uma obviedade, e, no entanto, ouvimos, de um de nossos entrevistados, quando perguntamos o que pensava sobre o projeto do restaurante popular que fora rejeitado na Câmara, que **“não se deve dar comida de graça a essas pessoas porque senão elas não vão ‘correr atrás’ do trabalho”**, o que me lembrou um adágio repetido muito pelo meu finado avô: **“saco vazio não pára em pé”**.

Acontecimentos como esse não estão dissociados, ao contrário, são coerentes, com o ‘plano’ que se lê nos discursos sobre a cidade, que, cercada pela pobreza³, não tem ‘lugar para o pobre’. No que chamamos o ‘discurso inaugural’, cujos tentáculos nos alcançam, é notável a recorrência do léxico ‘plano’ e os seus derivados. Segundo José Henrique Rollo Gonçalves, “a idéia de ‘planificação’ (ou ‘projetamento’, ou ‘planejamento’) passou a fazer parte do vocabulário político-econômico na mesma época em que começou a colonização dirigida do ‘Norte-Novo do Paraná’” (GONÇALVES, 1999, p.113). Diríamos que de lá até aqui o apego

³ A pesquisadora Ana Lúcia Rodrigues (departamento de ciências sociais – UEM) desenvolve fértil reflexão sobre a segregadora distribuição socio-ocupacional da região, sua tese intitulada **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá** foi defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no Programa de estudos pós-graduados de Ciências Sociais em 2004.

a noção de ‘plano’ não se perdeu, vide o preciosismo de na cidade ter-se obedecido não uma, mas duas vezes, à determinação do Ministério das cidades pela reelaboração do Plano Diretor Urbano, assunto a que voltaremos em outra ocasião, pelas inúmeras possibilidades analíticas que oferece.

A cidade de Maringá, como já se disse muitas vezes, desde a sua primeira existência — no imaginário dos seus idealizadores — nasce como mercadoria, produto do “melhoramento”⁴ de uma empresa que a concebe e a comercializa. Dentro desta “lógica” de organização social que conhecemos, a do capital, e sobre a qual não nos cabe agora aprofundar mais questões, o produto criado pela empresa (a mercadoria) se reveste da concepção que a empresa tem da necessidade dos possíveis compradores. Veja abaixo como se expressa no enunciado um sentimento de ‘posse’ da cidade:

Se quem recolhe pesados impostos, obedece leis e dá empregos não tem (sic) os direitos preservados, algo precisa ser feito. Ou é mais importante preservar discutíveis direitos de terceiros, a maioria de outras cidades? (O Diário, 18/04/2002).

Os desabrigados acabam por ser vistos como mais um dos “problemas” urbanos que devem ser “resolvidos”, para satisfação do desejo de ordem e pureza dos cidadãos pagantes de “pesados impostos”. Eles acabam enrolados no discurso como, além de ‘forasteiros’, seres que estão no nível das sujeiras, impurezas, pragas, que precisam ser limpas, desinfetadas, combatidas. O já citado Campos nos chama atenção para dois “movimentos” que foram, no passado, intensamente divulgados pela imprensa local, e que confluem para essa nossa observação. Tratam-se das (veja-se de antemão a significativa onomástica): **“Campanha de Moralização”** e a **“Operação Limpeza”**, ações políticas dos governos municipais que teriam como alvo a classe “trabalhadora” desqualificada para o trabalho urbano, ou melhor, os desempregados. Em ambos os casos o incentivo a deixarem a cidade foi a tônica dominante. Segundo Campos, “a presença dos pobres na cidade era sentida como ameaçadora”.

Nas duas ocasiões, pobres, favelados e desabrigados foram claramente tratados na ordem dos problemas sanitários. Zigmund Bauman fala em *O mal-estar da pós-modernidade* sobre a nossa visão de pureza. Abaixo, transcrevemos um dos trechos bastante elucidativos para a questão (são nossos os destaques em negrito). Veja-se como a reflexão deste sociólogo se aplica a reação dos ‘maringaenses’ para os quais os mendigos, segundo a ‘ordem prometida’, não deveriam ocupar a cidade, sendo então, uma vez que obviamente existem e a habitam, tomados como ‘sujeiras’:

A pureza é uma visão das coisas colocadas em lugares diferentes dos que elas ocupariam, se não fossem levadas a se mudar para outro, impulsionadas, arrastadas ou incitadas; e é uma visão de ordem- isso é, de uma situação em que cada coisa se acha no seu justo lugar e nenhum outro. Não há nenhum meio de pensar a pureza sem ter uma imagem da “ordem”, sem atribuir às coisas seus lugares “justos” e “convenientes” – que ocorre serem aqueles lugares que eles não preencheriam “naturalmente”, por sua livre vontade. O oposto da “pureza” – o sujo, o imundo, os “agentes poluidores” – são coisas “fora do lugar”. **Não são as características intrínsecas das coisas que as transformam em “sujas”, mas tão-somente**

⁴ Desde os escritos dos racionalistas ingleses do século XVII, sobretudo no *Segundo Tratado sobre o Governo*, de John Locke, a noção de propriedade vem sendo associada à de transformação pelo trabalho, raciocínio que será levado além de suas fronteiras iniciais por Karl Marx. Retomando o percurso desta noção de propriedade, procuraremos refletir sobre como, inicialmente, a Companhia e, depois, a classe de “cidadãos-trabalhadores”, forjada nas relações (mediada pelo discurso) da Companhia com seus clientes, vieram a exprimir-se em seus discursos (registrados por aquele acervo) como verdadeiros sócios-proprietários da cidade-emprego. Peter Hall, em **Cidades do Amanhã** é uma importante referência sobre a questão, desenvolvida no Brasil por Otilia Arantes, Ermínia Maricato, Carlos Weiss, entre outros. Uma das consequências da ‘mercantilização’ da cidade tem-se observado no comportamento exótico dos imobiliários locais, assunto para abordagem futura.

sua localização e, mais precisamente, sua localização na ordem de coisas idealizada pelos que procuram a pureza [...]Há porém, coisas para os quais o “lugar certo” não foi reservado em qualquer fragmento da ordem preparada pelo homem. Elas ficam “fora do lugar” em toda parte, isto é, em todos os lugares para os quais o modelo da pureza tem sido destinado. O mundo dos que procuram a pureza é simplesmente pequeno demais para acomoda-las. Ele não será suficiente para muda-las para outro lugar: será preciso livrar-se delas de uma vez por todas – queima-las, envenena-las, despedaça-las, passa-las a fio de espada. Mais freqüentemente, essas coisas são móveis, coisas que não se cravarão, que trocam de lugar por sua livre vontade. A dificuldade com essas coisas é que elas cruzarão fronteiras, convidadas ou não a isso. Elas controlam a sua própria localização, zombam, assim, dos esforços dos que procuram a pureza “para colocarem as coisas em seu lugar” e, afinal, revelam a incurável fraqueza e instabilidade de todas as acomodações [...](BAUMAN, 1998, p. 14).

Tomados como ameaça às idéias de pureza e ordem por representantes do poder público, como a Secretária da Ação Social em 2004, na Câmara de vereadores, os desabrigados foram entendidos também como “caso de polícia”, como se indica abaixo, no jornal O Diário. Veja-se, na segunda nota, a disjunção semântica entre desabrigados e população, como se os desabrigados não fossem parte da população. As aspas são do jornalista, os itálicos, nossos:

John [Presidente da câmara de vereadores de Maringá] reclamou do excesso de mendigos nas ruas, nos semáforos, de gente que acampa em locais públicos para dormir e a secretária [Telma Maranhos, da Secretaria de Ação Social da Prefeitura] respondeu – segundo ele – que isso é problema policial e que se deve discar para o 0800... Após a sessão o presidente foi objetivo: “Fiquei *descontente*. Maringá tem *excesso* de pedintes pelas ruas, morando em praças. Ao vereador cabe denunciar e à prefeitura *resolver o problema*”. Segundo a vereadora Edith Dias, a presidente da Fundesc disse que está devolvendo para outras cidades, (sic) os mendigos que delas aportam aqui (O Diário, 05/11/2003).

A presença da secretária Telma Maranhos não foi boa para o relacionamento entre a Câmara e a Prefeitura de Maringá. Ontem o presidente John Alves Correa disse que o setor de ação social da Prefeitura não está fazendo o trabalho que deveria estar fazendo em Maringá. É só andar pelas ruas da cidade, pelas praças e locais de estacionamento. Há excesso de crianças e adultos esmolando, *pressionando a população*, morando sob marquises, acampando e se embebedando em praças. Se uma parte do problema é de polícia como disse a secretária ao presidente, a polícia nunca mais deteve e enquadrou ninguém por vadiagem. As cadeias já estão lotadas. Por mais que os defensores dos “andarilhos” insistam, é preciso identificar os “moradores de rua”. *Muitos* são violentos e incontroláveis, com (sic) o que matou a faxineira da Bungue (O Diário, 06/11/2003).

Sobre a última *sentença* acima, inevitável observarmos o seu injusto efeito generalizante. Seria de proveito para o jornalista que a elabora investigar as estatísticas de violência e relacioná-las a outras ‘classificações’, e, acreditamos, ele concluiria, como nós, o quão pouco violentos são os que moram nas ruas, e se assustaria com a violência extrema que se esconde atrás das paredes de *muitas* ‘casas de família’.

A cidade, como costuma fazer qualquer empresa comercial, entre outras coisas, nega o ócio, voluntário ou não... A análise destes tipos de discurso, o de quem vende, e o de quem compra, e que se torna, depois, protetor da sua ‘posse’, poderá explicar muito sobre a construção de um ideal urbano posto em prática nesta localidade e que, nos parece, resulta em uma assimilação complexa do projeto urbano por parte da população, que vê, por fim, aos “andarilhos de outras terras” como invasores indesejados que ameaçam o seu território/propriedade.

O discurso inaugural e de instauração do projeto da Companhia Melhoramentos e dos seus parceiros empreendedores da Administração Pública, fixaram, no imaginário urbano

maringaense, uma concepção ideal de cidade que exclui um grupo social tornado, pelos movimentos de interdição inscritos nos discursos oficiais, um grupo de *não-cidadãos*. Para Jean Ladrière (1973), cidades que não se deixam reconstruir no imaginário são cidades inabitáveis. Ou seja, na ‘habitabilidade’ de uma cidade está inscrita a sua capacidade de se deixar constantemente reinventar pelos seus habitantes. Nesse sentido, justifica-se toda nova produção discursiva que confronte o imaginário urbano e as suas produções enunciativas restritivas a respeito da cidadania e, enfim, provoque discussões e re-arranjos simbólicos que alterem, ampliando, a sua noção de cidadania.

Referências bibliográficas:

- BAUMAN, Zigmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad.: Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.
- CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. “Moralizando o pobre: vadios, baderneiros e loucos na *cidade tecnicamente planejada para ser bela e sem problemas*”. In: DIAS, Reginaldo B. & GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná**. Estudos de História Regional. Maringá: Eduem, 1999.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ (CMNP). **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo: Edanee, 1975 (Publicação comemorativa do cinquentenário da Cia Melhoramentos Norte do Paraná).
- LIMA, Edson. Coluna Dia-a-dia. **O Diário do norte do Paraná**. Maringá (data de publicação do periódico indicada em cada citação).
- COMPANHIA Melhoramentos Norte do Paraná. (CMNP). **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo: Edanee, 1975 (Publicação comemorativa do cinquentenário da Cia Melhoramentos Norte do Paraná).
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- GONÇALVES, José Henrique Rollo. “Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná –1930/1970”. In: DIAS, Reginaldo B. & GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná**. Estudos de História Regional. Maringá: Eduem, 1999.
- LADRIÈRE, Jean. **Vie sociale et destinée**. Glembox: Duculot, 1973.
- MARINGÁ. Prefeitura Municipal. Secretaria da Cultura e Turismo. **Projeto Memória**. Maringá.
- MATTA, Roberto da. **A casa e a rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5ª ed.. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MELLO, Marco Antonio. **Histórias Verdadeiras**. Documentário em videocassete. Maringá: DHI/UEM, 1991.